



ADSERVIS

EXMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LICITAÇÃO N.º 115/2009

PROCESSO N.º 2002/09

CADASTRO FORNECEDORES TJ 008849 16/NOV/09 17:51

ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 71.393.227/00001-92, com sede na Avenida do Contorno, nº 1480, bairro Floresta, em Belo Horizonte, Minas Gerais, vem, respeitosamente, com fulcro no Inciso XVIII do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Inciso XVII do art. 11, do Decreto N.º 3.555/2000, trazer à apreciação do Ilmo Sr Pregoeiro, o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

face ao seu justo inconformismo com a decisão que entendeu pela sua inabilitação, passando a expender os argumentos, pelos quais, entende, a mesma deverá ser reformada.

Matriz

Avenida do Contorno, 1480 - Bairro Floresta
Belo Horizonte - MG - Brasil - Telefone: 55 (31) 2112.5500
www.adservis.com.br

Filial Itabira

Avenida Madalena Pereira Santos, 162 - Vila São Joaquim
Itabira - MG - Brasil - Telefone: 55 (31) 3835.1100
www.adservis.com.br



ADSERVIS

1. DOS FATOS E DO DIREITO

1.1. Dos Fatos

A empresa Recorrente participou do procedimento licitatório realizado em 11 de novembro de 2009, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, dos serviços de condução de veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Nesta licitação, houve apenas a participação de cinco empresas. Após a abertura dos envelopes e classificação das propostas, iniciou-se a fase de lances. Terminada a fase de lances, a classificação das participantes ficou da seguinte forma:

- 1ª classificada: Higiterc Higienização e Terceirização Ltda. – R\$ 776.900,00
- 2ª classificada: Staff Empreendimentos Ltda. – R\$ 776.931,00
- 3ª classificada: Adservis Multiperfil Ltda. – R\$ 842.644,68
- 4ª classificada: Fiança Serviços Gerais Ltda. – R\$ 842.700,64
- 5ª classificada: Conserve Serviços Gerais Ltda. – R\$ 850.324,00

Terminada a fase de lances, e sendo a proposta da licitante Higiterc classificada em primeiro lugar, abriu-se o envelope com os documentos para verificação do preenchimento dos requisitos para habilitação da empresa.

No entanto, após esta verificação, constatou-se que a Higiterc não atendeu o subitem 6.1.4, alínea “c” – Capacidade Técnico-Operacional, pois apresentou atestados cuja soma totalizava apenas 88 motoristas, enquanto que a exigência do edital era de que os atestados (em número de dois somente), somados, deveriam comprovar o efetivo de 159 motoristas. Assim a empresa foi inabilitada.

Em seguida foi aberto o envelope de documentos da 2ª classificada, a empresa Staff Empreendimentos. E pelo mesmo motivo a empresa foi inabilitada, visto que de todos os atestados apresentados somou-se apenas 3 motoristas em todos eles.

uscast



Assim, a Adservis foi convocada a apresentar o envelope com a documentação. Após aberto o envelope e verificada toda a documentação, para nossa surpresa e indignação, a Adservis foi inabilitada por não atender o subitem 6.1.4, letras c.1 e c.2. A decisão aqui combatida consta da Ata de Julgamento do dia 11 de novembro do corrente ano.

Todavia, *concessa venia*, tal decisão não possui base jurídica para resistir ao cotejo com as determinações legais e os princípios retores das licitações públicas. É o que se demonstrará nos tópicos a seguir.

1.2. Do Direito

Experiente no ramo, a Recorrente interessou-se e veio a participar do certame que, para sua surpresa, não obstante técnica e substancialmente apta para a prestação do serviço licitado, está sendo alijada da competição, por suposto descumprimento do subitem 6.1.4 do Edital, conforme se verifica através da leitura da Ata JULGAMENTO, do dia 11 de novembro do corrente ano.

Reza a decisão objurgada que a empresa recorrente *"não atendeu ao subitem 6.1.4 alínea "C"- Capacidade Técnica-Operacional, visto que os atestados apresentados só contemplaram 210 (= 194+16) motoristas, atendendo às alíneas c.1 e c.2, mas não atingindo ao "quantitativo solicitado" no somatório, ou seja, 317 motoristas, sendo inabilitado pelo Pregoeiro"*.

Com efeito, o subitem apontado como não cumprido pela Recorrente apresenta a seguinte redação:

"c) Capacidade Técnico-operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado para a obtenção do quantitativo solicitado, admitindo-se o somatório de atestados desde que:

c.1) 01 atestado contemple 40% (quarenta por cento) do efetivo a ser contratado; ou (g.n.)

Uscost



ADSERVIS

c.2) 02 atestados contemplem 50% (cinquenta por cento) do efetivo a ser contratado.” (g.n.)

Ora, a Recorrente cumpriu rigorosamente as normas editalícias e a Lei 8.666/93, que regulamenta o processo licitatório, considerando excessivo o rigor empregado e sobretudo a pena imposta - INABILITAÇÃO -, a qual, como se verá, choca-se com os objetivos da Lei, e mesmo aqueles do art. 3º da Lei 8.666/93, ao ferir bruscamente o princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da motivação nele insculpido, uma vez que a justificativa apresentada ao decidir pela sua desqualificação relata apenas que ***“os atestados apresentados só contemplam 210 (=194 + 16) motoristas, atendendo às alíneas c.1 e c.2, mas não atingindo ao “quantitativo solicitado” no somatório, ou seja, 317 motoristas”***, sem se dignar de apontar o dispositivo legal no qual se ampararam para expressar tal “entendimento”.

No que tange ao mérito do *thema decidendum*, impende registrar que o d. Pregoeiro está incorrendo em gravíssimo erro ao inabilitar a Recorrente, vez que foram cumpridas todas as condições estabelecidas no referido subitem 6.1.4 do Edital, como se demonstra.

Conforme se infere da documentação acostada tempestivamente ao processo seletivo em questão, ressaí incontestemente que a Recorrente definitivamente cumpriu o subitem 6.1.4 do Edital, vez que foram apresentados atestados de capacidade técnico-operacional, conforme solicitado no referido subitem 6.1.4, letras c.1 e c.2, o que, sem sombra de dúvidas, joga por terra a tese utilizada pelo d. Pregoeiro para que a Recorrente, fosse, data venia, sumária e injustamente inabilitada.

Talvez o problema aqui tratado consista da falsa interpretação por parte do d. Pregoeiro quanto à redação do subitem 6.1.4. do edital.

A Adservis, para atender a este item do edital, apresentou dois atestados de capacidade técnica, quais sejam, o do próprio Tribunal de Justiça (já que somos os atuais executores deste contrato), cujo efetivo constante do atestado é de 194 motoristas, e também o da Prefeitura Municipal de Itabira, cujo efetivo de motoristas é de 20 motoristas. Somados o efetivo destes dois atestados temos 214 motoristas.

Matriz

Avenida do Contorno, 1480 - Bairro Floresta
Belo Horizonte - MG - Brasil - Telefone: 55 (31) 2112.5500
www.adservis.com.br

Filial Itabira

Avenida Madalena Pereira Santos, 162 - Vila São Joaquim
Itabira - MG - Brasil - Telefone: 55 (31) 3835.1100
www.adservis.com.br



ADSERVIS

Fazendo apenas um adendo, a interpretação do item do edital transcrito acima é bastante clara e concisa, senão vejamos. Para cumprir a exigência ali contida, a licitante deveria apresentar ou um único atestado que contivesse 40% do efetivo licitado, ou seja, 127 motoristas; ou então que a licitante apresentasse dois atestados que, somados, contivessem 50% do efetivo licitado, isto é, 159 motoristas.

Contudo, qual foi a interpretação dada? Ou a licitante apresentava um único atestado com 100% do efetivo (apesar disto não estar escrito no edital), ou então deveria apresentar dois atestados, cada um com 50% do efetivo licitado para que, somados, totalizasse 100%!

Ora, o que podemos verificar desta interpretação dada ao dispositivo 6.1.4 do edital é que ela está totalmente desconforme com o que efetivamente está escrito. Se fosse o caso de exigir 100% do efetivo licitado, o texto assim deveria estar redigido. E mais, se a exigência de se apresentar 100% do edital fosse verdadeira, porque foi dada a apção à licitante de **APRESENTAR UM ÚNICO ATESTADO QUE CONTIVESSE 40% DO EFETIVO LICITADO?**

E mais. Caso a exigência fosse a de que os atestados deveriam conter 100% do efetivo licitado a alternativa apresentada na letra c.2 do subitem 6.1.4, qual seja, deveria estar redigida da seguinte forma:

c.2) 02 atestados contemplem 50% (cinquenta por cento) do efetivo licitado, CADA UM.

Interessante que se resgatarmos o último edital publicado pela DIRSEP para contratação deste mesmo serviço, veremos que, apesar da exigência quanto à capacidade técnica ser a mesma, a interpretação dada foi diferenciada e distorcida, senão vejamos.

O edital a que nos referimos é o de nº 59/2008, confira-se:

“m) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado para a

Nscat



obtenção do quantitativo solicitado, desde que 01 (um) deles contenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total do efetivo a ser contratado." (g.n.)

Neste processo (Pregão Presencial nº 59/2008), a Adservis apresentou os mesmos atestados que apresentou no Pregão nº 115/2009, com a diferença de que, naquele, ela foi devidamente habilitada, enquanto que neste ela foi inabilitada por não atender ao item 6.1.4 do edital.

Primordialmente, faz-se mister citar uma máxima latina que diz "*In claris cessat interpretatio*", ou seja, "no que é claro, cessa a interpretação", pois o referido subitem 6.1.4 do edital é de entendimento cristalino e indubitável, a qual não pode ser desprezada, pois, a interpretação de um texto deve ser feita levando-se em conta todo o conjunto.

Portanto, trata-se de ligeiro engano a inabilitação da ora Recorrente, vez que os atestados de capacidade técnico-operacional atenderam a exigência constante do edital.

A capacidade técnico-operacional é requisito usado em certames que tem como objeto a execução de serviços e obras. E a finalidade daquela é comprovar a condição da empresa licitante em cumprir o objeto do certame, através de "experiências anteriores." (JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª Ed, pág. 339).

Ora, através dos atestados anexados tempestivamente e, devidamente aceitos pelo Pregoeiro, como constou na r. decisão, comprovou-se plenamente a aptidão da Recorrente em atender o objeto licitatório, até mesmo porque é uma empresa prestadora de serviços, locadora de mão-de-obra e de terceirização de um modo geral, que presta serviços a Administração Pública há mais de anos. Ressalta-se que um dos atestados apresentados foi emitido pelo próprio Tribunal de Justiça, o que leva mais uma vez a comprovar a capacidade técnica da empresa recorrente.

Assim, conquanto merecedor de todo respeito, o Ilmo. Sr. Pregoeiro está se pautando por um formalismo inconstitucional com a real finalidade da licitação na qual, como é sabido, o interesse público é o de propiciar a apreciação do maior número possível de ofertas, desde que atendidas as condições editalícias e legais, o que restou devidamente comprovado no presente caso.

Matriz

Avenida do Contorno, 1480 - Bairro Floresta
Belo Horizonte - MG - Brasil - Telefone: 55 (31) 2112.5500
www.adservis.com.br

Filial Itabira

Avenida Madalena Pereira Santos, 162 - Vila São Joaquim
Itabira - MG - Brasil - Telefone: 55 (31) 3835.1100
www.adservis.com.br

Neste sentido, invoca-se o eterno escólio de Hely Lopes Meirelles:

“Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam o Poder Público a contratar com uns poucos, em piores condições para a Administração. O que propicia o bom contrato não são as exigências burocráticas, mas sim, a capacitação dos contratados e o criterioso julgamento das propostas”.

(grifos do autor)

1.2.1 Do Princípio da Vinculação ao Edital

Inequívoca e intimamente ligado ao princípio da legalidade, nasce o princípio da vinculação aos termos do Edital, o que, na lição constante do mestre Hely Lopes Meirelles preleciona:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo ao solicitado. O edital é a lei interna na licitação, e, como tal, vincula aos seus que o expedir (art. 41). “ in DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, Hely Lopes de Meirelles, 19ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1994, pag. 249/250).”

Destarte, a Administração Pública, in casu, o Tribunal de Justiça, deve exigir o cumprimento das regras procedimentais estampadas tanto no Edital como na Lei 8.666/93, sob pena de nulidade dos atos praticados.

1.2.2 Do Princípio da Finalidade

Vem à lume para justificar a tese, o PRINCÍPIO DA FINALIDADE, que é um adversário do burocratismo e um apelo aos horizontes mais amplos da eficiência de processos e eficácia de resultados, que o Prof. Hely Lopes Meirelles brilhantemente homenageia na seguinte lição:

“É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros.. Esse dever de eficiência, bem lembrado por Carvalho SIMAS, corresponde ao “dever da boa administração” da doutrina italiana, o qual já se acha consagrado entre nós, pela Reforma Administrativa Federal do Dec. Lei n.º 200/67, quando submete toda atividade do Executivo ao controle de resultado” (arts. 13 e 25v)...” (Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo, RT, 1989, p.86

O cerne da questão é, pois, a equivocada interpretação do Ilmo. Pregoeiro e o seu falso conceito de que o ritual da licitação é um fim em si mesmo, e não um instrumento de melhoria do gasto público. Nada mais estreito que essa visão, a desconhecer o fato de que o processo licitatório, embora de natureza formal, supera e transcende o mero ritual burocrático, porquanto é orientado pelos princípios globais e teleológicos firmados no art. 37 da Constituição Federal e traduzidos no art. 3.º da Lei n.º 8.666/93.

Lembra com propriedade o Prof. Adilson Abreu DALLARI que licitação é ***“procedimento, e não uma atividade lúdica; não se trata de um concurso de destreza para escolher o melhor cumpridor do edital”*** (Licitação – Competência para classificar proposta, adjudicar, homologar e anular. BLC n.º 7/94, p. 245, idem: Aspectos Jurídicos da Licitação, São Paulo, Saraiva, 1997, p.13)

É de se recordar que, nos termos do Art. 3º da Lei n.º 8.666/93, “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia... e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade...”

uscost



ADSERVIS

Destarte, uma vez comprovado que a documentação exigida no subitem 6.1.4, alínea c, do Edital, e apresentada pela ora Recorrente atende plenamente ao que foi solicitado, a Recorrente confia no espírito público do nobre Pregoeiro, o qual, tendo a grandeza de retroceder de uma decisão, haverá de conferir pleno provimento ao pedido que se formula em seguida:

1.3. Do Pedido

Ex positis, Ilmo. Sr. Pregoeiro, é com serenidade e confiança que a Recorrente, à vista de todo o narrado, espera e requer, em nome da probidade administrativa e da dignidade competitiva, que seja revista a decisão que houve por bem inabilitá-la do procedimento seletivo em questão.

Caso assim não entenda V.Sª, o que se admite, *ad argumentandum*, requer a remessa dos autos à autoridade superior, onde, confia, será certamente conhecido e acolhido o presente apelo, à vista da sustentação jurídica e dos elementos fáticos supra expendidos.

Termos em que,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2009.


ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA.
CNPJ 71.393.227/0001-92



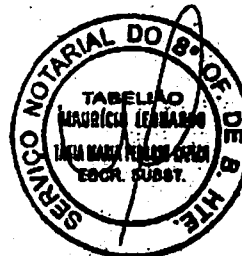
SERVIÇO NOTARIAL DO 8º OFÍCIO DE BHTE. FELÍCIO DOS SANTOS

Rua São Paulo, 684 - Lojas 7 e 9 - Tel.: (31) 3279-6200 - Fax: (31) 3279-6214
Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30170-130
<http://www.8oficiobh.com.br> - E-Mail: 8oficiobh@8oficiobh.com.br

LIVRO: 1476-P

FOLHA: 044

TRASLADO



PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM NA FORMA ABAIXO:

S A I B A M todos quantos virem o presente instrumento público de procuração que, aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2009 (dois mil e nove), nesta Cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, Serviço Notarial do 8º Ofício, na Rua São Paulo, 684 - Lojas 07 e 09, Edifício Vila Rica, na qualidade de outorgante deste instrumento: **ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA**, CNPJ nº 71.393.227/0001-92, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Contorno, 1480, Bairro Floresta, neste ato representada por **JOSÉ VICENTE FONSECA**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº M-1.524.435 SSP/MG e inscrito no CPF nº 124.701.806-78, que se identificou ser o próprio conforme documentação apresentada e aqui mencionada do que dou fé, casado, residente e domiciliado em São Paulo, São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, 373, apto 132-A, Bairro Brooklin Novo, ora de passagem por esta cidade. Pela outorgante por seu representante identificado, foi dito que, por este público instrumento, nomeia e constitui sua bastante procuradora: **VANESSA COSTA FERNANDES PEREIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade MG-7.807.494 SSPMG e inscrita no CPF nº 004.773.306-30, residente e domiciliada em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Engenheiro Zoroastro Torres, 385 - 202, Bairro Santo Antônio, a qual se identificará quando do uso deste instrumento, para convalidá-lo; a quem confere poderes para participar de processos licitatórios em suas diversas modalidades, tais como concorrências, tomadas de preços, carta convite, leilão e pregão, podendo prestar esclarecimentos, firmar compromissos e obrigações, tomar decisões, receber e dar quitação, renunciar ao direito de recurso ou impugnação, assinar toda a documentação que se fizer necessária, credenciar representante, formular propostas de desempate, formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o pregoeiro, além de poder assinar contratos, termos aditivos e distratos com órgãos públicos, autarquias, fundações, empresas públicas, federais, estaduais e municipais, e empresas privadas, fica enfim, a procuradora, com todos os poderes necessários e em direito permitidos para praticar todos os atos indispensáveis ao perfeito e cabal desempenho deste mandato, por mais essenciais que sejam, tudo o que se dará por bom, firme e valioso. O presente mandato é válido pelo prazo de 01 (um) ano a contar desta data. Este instrumento foi feito sob minuta, podendo substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas, para apresentar a outorgante em todo e qualquer processo judicial ou administrativo, perante qualquer juízo, repartição pública ou tribunal, bem



SERVIÇO NOTARIAL DO 8º OFÍCIO DE BHTE. FELÍCIO DOS SANTOS

Rua São Paulo, 684 - Lojas 7 e 9 - Tel.: (31) 3279-6200 - Fax: (31) 3279-6214

Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30170-130

<http://www.8oficiobh.com.br> - E-Mail: 8oficiobh@8oficiobh.com.br

como constituir preposto para representar a outorgante em todo e qualquer processo judicial ou administrativo, fazer acordos, constituir advogados sempre com poderes específicos. Ainda pelo outorgante foi declarado que se responsabiliza pela veracidade dos dados informados da outorgada, declaração esta sob responsabilidade civil e criminal. Tudo quanto assim for feito pela dita sua procuradora ou substabelecida promete haver por valioso e firme. Assim o disse e dou fé. O Tabelião reserva-se o direito de não corrigir erros materiais, neste ato, advindos de declaração do(s) Outorgante(s). A pedido da parte ficam arquivados 02[dois] documentos que instruíram a lavratura deste ato. A pedido da parte lavrei este instrumento, o qual feito e depois de lido, a parte achou conforme outorga, aceita e assina, dispensadas as testemunhas com base no Art. 215 - parágrafo 5º do Código Civil Brasileiro, do que dou fé. Eu, Tânia Maria Pedroso Cazeca, Escrevente Substituta, que a digitei e assino após conferidas as assinaturas, subscrevendo no impedimento ocasional do Tabelião, Mauricio Leonardo, as Tânia Maria Pedroso Cazeca, as JOSE VICENTE FONSECA. TRASLADADA EM 19/08/2009. Eu, [Assinatura] p/ Tabelião do Serviço Notarial do 8º Ofício de Notas de Belo Horizonte, que subscrevo, dou fé e assino em público e lido.

o conste

testemunha

colocada

testemunha

colocada

testemunha

colocada

Em test^o da verdade.

NO IMPEDIMENTO OCASIONAL DO TABELIÃO

TÂNIA MARIA PEDROSO CAZECA
ESCR. SUBST.

EMOL: 18,37 - TFPJ: 6,13 - RC: 1,10 - TOTAL: 25,60



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado. Dou fé.
Em testemunho da verdade, Ricardo Tadeu Silveira do Carmo.
Belo Horizonte, 02/10/2009 - 10:47:40 - Etiqueta Nº 3682135487
EMOL: 2,83 TFPJ: 0,94 RECOMP: 0,17 TOTAL: 3,94 - [Assinatura]





Serviço Notarial do 8º Ofício da Belo Horizonte
 Rua São Paulo, 684 - Loja 7 o 8o Centro | BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel: (31) 3270-8200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado. Dou fe.
 Em testemunho da verdade, Ricardo Tadeu Silveira do Carmo.
 Belo Horizonte, 02/10/2009 - 10:56:30 - Etiqueta Nº: 8882906307
 ERL: 2,83 TFPJ: 0,94 RECOMP: 0,17 TOTAL: 3,94 - [999001-014]